

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.1301201827-31>

IDEIAS E IDEAIS EM TEMPO DE DESCRENÇA: O LUGAR DA CULTURA

Rui Vieira Nery*

Resumo: Trata-se da conferência de abertura do evento Noite das Ideias, que aconteceu em 25 de janeiro de 2018, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, em comemoração aos cinquenta anos do maio de 1968. O evento, uma iniciativa do governo francês, integrou mais de quarenta cidades no intuito de celebrar o fluxo de ideias entre países, culturas, temas e gerações. Em jogo, o lugar da cultura na proposta de uma plataforma de convivência democrática entre olhares e sensibilidades culturais contraditórios, de identificação dos pontos viáveis de convergência e de respeito mútuo em torno das diferenças incontornáveis.

Palavras-chave: Noite das Ideias. 1968. Cultura. Descrença.

Vivemos num tempo de descrença. Não é o primeiro, nem será o último na História das Civilizações, porque a mudança histórica, embora permanente, se processa a um ritmo irregular, numa sucessão de tensões e distensões, que mesmo sem nunca verdadeiramente se repetirem na sua essência parecem obedecer, apesar disso, a uma alternância pendular inevitável entre períodos de estabilidade e momentos de ruptura. Claro que estas etapas nunca são estanques, numa perspectiva de tempo longo: sob a capa aparente da estabilidade vão germinando os fermentos de mudança que hão-de conduzir à ruptura, e mesmo as rupturas que se anunciam como mais radicais inevitavelmente conduzem a uma nova ordem em que afinal renascem muitos dos traços da que pretenderam derrubar, porque as constantes da natureza humana triunfam sempre sobre os pressupostos ideais das grandes narrativas ideológicas e políticas. Mas essa continuidade última no plano macro-histórico não impede que possamos identificar fases mais ou menos prolongadas de relativo consenso social em torno de um conjunto de valores partilhados e, pelo contrário, conjunturas de crescente quebra de confiança face a esses mesmos valores, que em devido tempo levarão a novas rupturas, a que sucederão novas estabilidades, e assim por diante. O âmbito e as coordenadas específicas desse movimento pendular diferem, é verdade, de cada momento histórico para o seguinte, mas a alternância fundamental entre estabilidade e ruptura, confiança e dúvida, consenso e conflito, essa parece manter a sua recorrência implacável.

O nosso tempo de dúvida, de desconfiança e de descrença não é, por isso, original, mas nem por isso, como todos os que o antecederam, se revela menos angustiante para quem o vive. Pelo contrário, tem até características próprias que tendem a agravar consideravelmente essa sensação de angústia perante as incertezas do futuro. Por um lado, porque se é verdade que a mudança histórica é permanente, o ritmo a que se processa não o é, e porque os avanços científicos e tecnológicos das últimas décadas precipitaram vertiginosamente a velocidade de transformação da realidade material em que vivemos.

* Fundação Calouste Gulbenkian. E-mail: rnery@gulbenkian.pt.

O advento da era digital, as novas tecnologias da informação, e o desenvolvimento da robótica, das nanotecnologias e da automatização estão a mudar radicalmente os nossos sistemas produtivos e a tornar gradualmente obsoletas muitas das categorias profissionais que nos habituámos a reconhecer. Por outro lado, porque gerações sucessivas, desde a vitória das forças democráticas na II Guerra Mundial, foram formadas numa crença inabalável no progresso colectivo, na irreversibilidade dos avanços civilizacionais, na generosidade inesgotável dos sistemas de Segurança Social, na generalização imparável da sociedade da abundância, e simplesmente no princípio reconfortante do direito adquirido à ascensão social e à certeza de que a geração dos seus filhos teria acesso a uma vida melhor do que a dos pais.

Num primeiro momento, a frustração face às expectativas falhadas e à crescente incapacidade de resposta do modelo do Estado Providência construído no pós-guerra pelo consenso tácito entre Democracia Cristã e Social-Democracia deu lugar, por antítese, a uma onda de Neo-Liberalismo desenfreado, assente na crença cega nas supostas virtudes auto-reguladoras do mercado e na sua alegada capacidade ilimitada de criação de emprego e de riqueza. O saldo deste modelo traduzir-se-ia, pelo contrário, na concentração da riqueza mundial numa percentagem cada vez menor da população, em altos níveis constantes de desemprego estrutural, na precarização sistemática dos vínculos laborais, na descida generalizada dos rendimentos e do poder de compra dos assalariados, na proletarianização das classes médias, na destruição do tecido produtivo e no crescimento das assimetrias regionais, para não falar da gestão ruínosa dos recursos naturais do planeta e no agravamento incontestável das alterações climáticas a que vimos assistindo.

A rapidez estonteante da mudança, a perda das referências e garantias anteriores, a degradação objectiva do nível de vida e a imprevisibilidade do futuro, associadas a esta percepção de falhanço gritante de todas as alternativas ideológicas tradicionais no quadro dos sistemas políticos instituídos e do consequente sequestro dos direitos da cidadania, geraram, naturalmente, reacções de medo, quando não mesmo de desespero. E face ao medo e ao desespero o debate frutífero e aprofundado de ideias e de ideais tende a ser substituído pela adesão emocional primária a respostas simplistas, a auto-proclamadas soluções miraculosas, a messianismos demagógicos, à tentativa desesperada de reverter por todas as formas possíveis os processos de mudança, e também, quase sempre, à reafirmação fundamentalista de identidades tribais e à procura obsessiva de bodes expiatórios para os problemas em todos os que não correspondem a esses paradigmas identitários exacerbados.

Algumas destas respostas são em si mesmas assustadoras, como se derivassem de um sono da razão que dá rédea solta aos monstros da irracionalidade, do ódio e da violência, seja, em alguns casos, pelo exercício directo do poder político num contexto de ilegitimidade democrática por vezes gritante, seja, no plano individual, pela boçalidade generalizada das redes sociais ou das secções de comentários dos leitores nas páginas online dos órgãos de informação. Mas os excessos de linguagem, a grosseria da forma e, em particular a irracionalidade das propostas defendidas não devem impedir-nos de reconhecer a legitimidade de muitas das queixas e agravos que estão na sua origem. Há, por certo, nestas correntes de opinião um bom número de oportunistas, de loucos e de criminosos, como é evidente na brutalidade assassina das franjas minoritárias que

promovem o terrorismo, mas há sobretudo gente normal que se sentiu traída e excluída pelos poderes políticos e económicos e que os sistemas democráticos têm absolutamente, por isso mesmo, de conseguir reintegrar, oferecendo-lhes respostas credíveis e perspectivas de futuro no seio do mainstream da sociedade. Se à agressão do terrorismo o Estado democrático não pode senão responder, na primeira linha de combate, com firmeza inabalável e com todos os meios à sua disposição, o combate de fundo tem de ser feito a montante, na esfera política e no campo da cultura e das mentalidades, desconstruindo as falácias da argumentação invocada e assegurando dentro do sistema democrático respostas cabais às causas profundas desse descontentamento que só consegue vê-las fora dele.

Um dos aspectos mais preocupantes da situação actual é precisamente a ausência de comunicação e de mediação entre as partes em conflito. Cada vez mais, cada uma delas se fecha num universo estanque e tautológico, com canais de informação próprios em que não há lugar ao contraditório e que se limitam a reafirmar os artigos de fé, o quadro de valores e a cosmovisão em que à partida se reconhece. Se quisermos quebrar essa barreira temos de começar por analisar criticamente as limitações – e em alguns casos os falhanços – do sistema em que acreditamos e cuja essência queremos preservar, e é justamente essa capacidade de autocritica e de permanente autoaperfeiçoamento que dá às democracias a autoridade moral para combaterem e derrotarem os seus inimigos. A defesa dos ideais do Estado democrático passa antes de mais pela emergência de novas ideias que o tornem mais eficaz, mais justo e mais generoso e não pela simples defesa acrítica do status quo institucional.

Isto não significa que de algum modo abduquemos do quadro de valores fundamentais que professamos. Precisamos, muito pelo contrário, de continuar a defender a pertinência perene dos valores democráticos que a Cultura ocidental em boa hora identificou e codificou no período iluminista – a laicidade do Estado, a separação dos poderes, os direitos, garantias e liberdades dos cidadãos, os princípios republicanos da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Mas importa reconhecer, ao mesmo tempo, que o processo de implementação desses princípios está longe de estar terminado, que a nossa prática política frequentemente contrariou – e em muitos aspectos continua a contrariar – os valores que proclamava, e que é indispensável substituir definitivamente na nossa visão do mundo um olhar eurocêntrico enraizado por uma perspectiva pós-colonial que reconheça e respeite ao longo da História os contributos das demais culturas para a Civilização universal e valorize no presente a diversidade cultural e o diálogo entre culturas.

Temos de combater sem hesitação as tentativas múltiplas de destruição do Estado de Direito e a tendência, sob os mais variados pretextos político-ideológicos, para promover a interferência do poder político no processo judicial, desrespeitar o princípio da presunção de inocência do réu, inverter o ónus da prova, legitimar o julgamento na arena mediática e na praça pública ou subverter sob qualquer forma o devido processo. Mas temos também de admitir que muito há ainda a fazer para que os nossos sistemas judiciais garantam efectivamente o acesso de todos os cidadãos à Justiça, independentemente dos recursos económicos de cada um, assegurem a tramitação atempada dos processos, implementem com eficácia o princípio constitucional da

igualdade, designadamente no que respeita à salvaguarda da igualdade de género, ou se libertem de um corporativismo atávico à margem do controlo democrático pelo conjunto da sociedade.

Precisamos de superar a crise da representação política, reafirmando os princípios da democracia representativa e do sistema de verificações e equilíbrios que ela pressupõe e rejeitando tanto as vanguardas iluminadas e os autoritarismos populistas como a demagogia referendária, tantas vezes objecto das piores manipulações mediáticas. Mas não podemos abstrair da nova realidade do acesso às plataformas de partilha alargada de informação como veículos da expressão dos anseios legítimos dos cidadãos e do seu direito à participação activa na reflexão e no debate sobre as grandes opções que afectam a comunidade, e isso implica incorporarmos cada vez mais mecanismos de democracia participativa no nosso sistema de representação.

Necessitamos de fortalecer o papel do Conhecimento como suporte primordial, tanto do desenvolvimento económico e social como da qualidade da Democracia. Isso implica uma aposta determinada na Ciência, quer na sua vertente fundamental, geradora insubstituível da inovação, quer na sua dimensão aplicada às Tecnologias que respondem a necessidades directas da Economia. O equilíbrio entre estas duas vertentes não pode ser sacrificado ao imediatismo do lucro a curto prazo, do mesmo modo que o rigor e a exigência do método científico não podem ser questionados em nome de fundamentalismos religiosos ou das filosofias alternativas da moda. Mas a Ciência tem de afirmar, ao mesmo tempo, o primado do interesse geral e do bem comum sobre os interesses particulares dos grandes grupos económicos e das pressões do mercado e sobre as próprias agendas corporativas autocentradas dos seus agentes.

Ainda no que respeita ao Conhecimento, há que defender a centralidade das Artes e da Cultura como áreas privilegiadas da criatividade humana, pelo seu impacto decisivo na inovação e na criação de valor na esfera económica, mas sobretudo como factores de realização pessoal dos cidadãos e do direito inalienável que estes têm à prossecução da felicidade. Esta segunda aposta pressupõe a preservação, estudo e difusão do património artístico e cultural, tanto material como imaterial, e a promoção da experimentação e da inovação criativas, em plena liberdade de opção estética. Mas implica igualmente o acesso crescente da generalidade dos cidadãos, não só à fruição, mas também à própria prática artística como expressão individual e colectiva. Para tal, é indispensável diversificar os centros de decisão da política artística e cultural e garantir em simultâneo a liberdade de criação dos criadores, a não imposição de estéticas oficiais e a não hierarquização entre expressões culturais eruditas e populares.

Em todos estes campos ressalta o papel crucial da Educação como factor de qualificação do debate público e da intervenção cívica, através de um sistema educativo centrado no aluno e na sua capacitação para uma aprendizagem permanente, ao longo da vida, que lhe permita desenvolver a criatividade, o sentido crítico, a capacidade analítica, o gosto pela inovação, a apetência pelo debate e pela partilha de ideias, o sentido da responsabilidade comunitária. E também aqui as novas tecnologias que possibilitam a difusão dos fundamentalismos e dos discursos do ódio e da exclusão podem ser utilizadas para recriar um espaço de comunicação e mediação entre cidadãos individuais e grupos de cidadãos hoje separados por credos antagónicos aparentemente irreconciliáveis.

Não se trata de excluir o confronto de ideias, de valores e de visões do mundo em prol de uma utopia irrealista de consenso universal. Trata-se, sim, de restabelecer uma plataforma possível de convivência democrática entre olhares e sensibilidades culturais contraditórios, de identificação dos pontos viáveis de convergência e de respeito mútuo em torno das diferenças incontornáveis. Isso exige de todas as partes em presença uma curiosidade renovada pelo outro sem perda de autonomia, um respeito pela diversidade alheia que é a contrapartida inevitável do direito à reivindicação da sua própria identidade, uma capacidade de inventar espaços de diálogo que definam novos patrimónios comuns entre parceiros distintos que afinal estão condenados pela realidade a coexistir como condição da sobrevivência de todos.

Para tal, há que criar uma nova cultura do compromisso, feita de novas ideias que permitam construir plataformas pragmáticas de consenso, em que cedências e conquistas de parte a parte se equilibrem em torno de um corpus mínimo das referências partilhadas possíveis. Só assim – de algum modo desobedecendo ao mandamento bíblico e colocando algum vinho novo em odres velhos e algum vinho velho em odres novos – poderemos superar gradualmente a crise da descrença em que caímos e inventar novos caminhos colectivos.

Talvez por isso, a edição de 2017 da “Nuit des Idées” em Berlim adoptou como título, não a versão alemã literal “Die Nacht der Ideen” mas antes a glosa feliz “Die Nacht der Übersetzung” – “A Noite da Tradução”, ou seja, da passagem de mensagens de um sistema significativa para outro.

A iniciativa da Noite das Ideias é precisamente isso: um momento de reflexão partilhada, valorizando tanto consensos como discordâncias, desde que formulados com abertura ao diálogo e respeito pelo interlocutor, e fundamentados com rigor intelectual, como um património intelectual comum que no seu conjunto valoriza todos os intervenientes nesse debate, enquanto companheiros de estrada da própria vida. Até porque, como dizia Georges Brassens, « mourir pour des idées, d'accord, mais de mort lente »...

Recebido em 23/04/2018. Aprovado em 05/06/2018.

Title: *Ideas and ideals in times of disbelief: the place of culture*

Abstract: *This is the opening conference of The Night of Ideas 2018, which took place on January 25, at the Calouste Gulbenkian Foundation in Lisbon, commemorating the fifty years of May 1968. The event, an initiative of the French government, brought together more than forty cities in order to celebrate the flow of ideas between countries, cultures, themes and generations. At stake, the place of culture in the proposal of a platform of democratic coexistence between contradictory cultural views and sensibilities, identifying the viable points of convergence and mutual respect around the inevitable differences.*

Keywords: *The Night of Ideas 2018. 1968. Culture. Disbelief*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.